
A DESTERRITORIALIZAÇÃO TEM NATUREZAS: O CASO DO BAIXÃO DO TUFI, ALTAMIRA-PARÁ

DETERRITORIALIZATION HAS NATURES:
THE CASE OF BAIXÃO DO TUFI, ALTAMIRA-PARÁ

LA DESTERRITORIALIZACIÓN TIENE NATURALEZAS:
EL CASO DEL BAIXÃO DO TUFI, ALTAMIRA-PARÁ

Rodolfo Pragana Moreira¹

José Antônio Herrera²

RESUMO: O histórico de construção da UHE Belo Monte foi caracterizado por múltiplas desigualdades socioespaciais em várias escalas, principalmente nas escalas regional, urbana e intraurbana. O Baixão do Tufi foi um dos muitos espaços diretamente afetados que passaram por processos de reestruturação e tiveram suas histórias transformadas pela construção da usina. O espaço foi ocupado no início da década de 1990 e localizava-se nas adjacências do Igarapé Altamira, estabelecido como componente da Área Diretamente Afetada (ADA) Urbana de Belo Monte. O objetivo é discutir o histórico da desterritorialização do Baixão, durante o processo de formação/consolidação territorial e no desenvolvimento do processo de realocação compulsória da população do lugar. A pesquisa ocorreu entre os anos de 2014 e 2018 para produção da dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia da UFPA.

Palavras-chave: UHE Belo Monte. Território. Reassentamento Urbano Coletivo.

ABSTRACT: The construction history of the Belo Monte HPP was characterized by multiple socio-spatial inequalities at various scales, mainly at the regional, urban and intra-urban scales. Baixão do Tufi was one of the many areas directly affected that underwent restructuring processes and had their stories transformed by the construction of the plant. The location was occupied in the early 1990s and was located in the vicinity of Igarapé Altamira, established as a component of the Belo Monte Urban Directly Affected Area (DAA). The objective is to discuss the history of the deterritorialization of Baixão, during the process of territorial formation/consolidation and in the development of the process of compulsory relocation

1 Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo/UFPA. Pesquisador do Laboratório de dinâmicas territoriais da Amazônia (LEDTAM); professor efetivo da Rede Estadual de Educação do Mato Grosso. E-mail: rpmgeo1@gmail.com.

2 Doutor em Desenvolvimento, espaço e meio ambiente pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo/UFPA. E-mail: herrera@ufpa.br.

Artigo recebido em dezembro de 2020 e aceito para publicação em junho de 2021.

of the local population. The research took place between 2014 and 2018 and it was for the production of the dissertation presented to the graduate program in Geography at UFPA.

Keywords: Belo Monte HPP. Territory. Collective Urban Resettlement.

RESUMEN: La historia de la construcción de la UHE de Belo Monte se caracterizó por múltiples desigualdades socioespaciales a diversas escalas, principalmente a escala regional, urbana e intraurbana. Baixão do Tufi fue una de las muchas áreas directamente afectadas que experimentó procesos de reestructuración y sus historias se transformaron con la construcción de la planta. El espacio fue ocupado a principios de la década de 1990 y estaba ubicado en las cercanías de Igarapé Altamira, establecido como un componente del Área Urbana Directamente Afectada (AUDA) de Belo Monte. El objetivo es discutir la historia de la desterritorialización del Baixão, durante el proceso de formación/consolidación territorial y en el desarrollo del proceso de reubicación obligatoria de la población local. La investigación se llevó a cabo entre los años 2014 y 2018 para la producción de la tesis presentada al posgrado en Geografía de la UFPA.

Palabras clave: UHE Belo Monte. Territorio. Reasentamiento Urbano Colectivo.

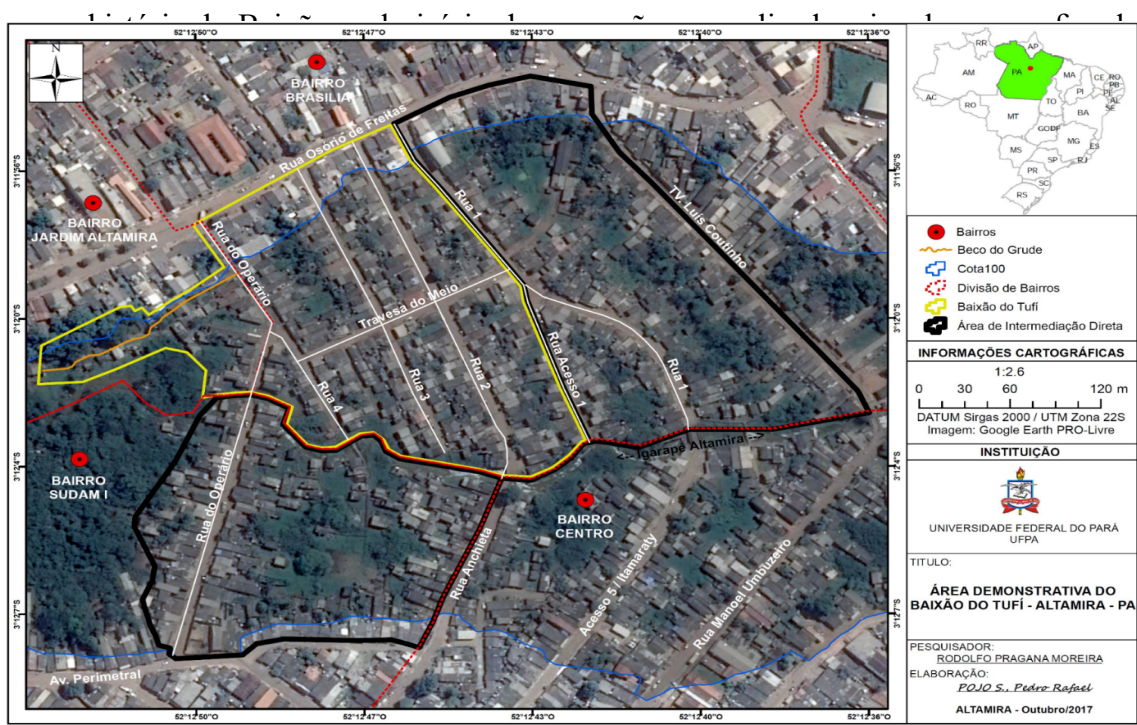
INTRODUÇÃO

O artigo é resultado do terceiro capítulo da dissertação de mestrado³ defendida em 2018 no programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Pará. O objetivo da dissertação é compreender o processo de desterritorialização do Baixão do Tufi, território urbano em Altamira/Pará, sendo estes espaços impactados diretamente e reestruturados pela construção e estabelecimento da Usina Hidroelétrica (UHE) Belo Monte, empreendimento construído a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal entre 2011 e 2019.

O referido capítulo, cujo título original é “*Desterritorialização: as diversas naturezas do processo no Baixão do Tufi*”, discute o processo de desterritorialização no Baixão desde o seu surgimento no início da década de 1990 até 2015, quando o território passou por obras de requalificação urbana e realocamento compulsório da população residente para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), São Joaquim e Casa Nova, no caso da população pesquisada.

A base conceitual do trabalho são os pressupostos de Haesbaert (2004, 2005, 2010, 2012) nos quais o autor desenvolve o conceito de desterritorialização não como o fim dos territórios, mas como a reestruturação espacial por causa das condições políticas, econômicas e culturais. A reorganização do espaço a partir das dinâmicas do capital transformaram o lugar da população, as relações simbólicas e o valor de uso em um território ordenado segundo as características do capital. A experiência espacial do Baixão do Tufi é diferenciada no caso do impactos urbanos provocados pelos desdobramentos da construção da UHE Belo Monte, porque a desterritorialização do lugar não surgiu com a usina, mas foi intrínseca ao surgimento do espaço no início de sua habitação na década de 1990 (e se intensificou após a construção de Belo Monte).

O Baixão era desde sua formação espacial símbolo de desigualdades sociais, de violência e de prostituição no espaço intra-urbano de Altamira. Pragana (2018) relata



Fonte: Arquivos de Figura do GEDTAM (2017).

Figura 1. Percepção da população do Baixão do Tufi quanto ao seu espaço de reprodução social

O mapa foi produzido para mostrar as territorialidades interiores do Baixão e revelá-lo como microterritório, pautando principalmente a existência de dois espaços, um amplamente aceito como Baixão do Tufi e outro parcialmente denominado de área de intermediação direta. Não é foco do artigo realizar amplo debate a respeito dessas características; no entanto, pontua-se as desigualdades existentes historicamente como constituinte básico de parte do processo de desterritorialização que àquela população vivenciou ao longo dos anos.

A partir desses pressupostos, o intento é discutir dois pontos: 1. O histórico de formação espacial e desterritorialização do Baixão, conflitos e cooperação no espaço de 1990 até 2015; 2. As desterritorializações acontecidas durante o processo de realocação compulsório promovido pelos agentes ligados a usina de Belo Monte.

BAIXÃO DO TUFI, UM HISTÓRICO DE DESIGUALDADES E CONFLITOS TERRITORIAIS, MAS NÃO SOMENTE ISSO.

Tratar da formação espacial do Tufi e discutir como esse espaço se transformou em território, quer dizer eleger as ações humanas cristalizadas no espaço, e o próprio espaço, como objeto central para as reflexões ensejas. Aqui cabe que a noção de formação espacial deriva de Santos (2008, 2012a, 2012b, 2013, 2014), que qualifica o espaço como instância da sociedade, a discussão das dinâmicas no Baixão podem ser feitas também a partir das ideias de “Dimensão Espacial do Cotidiano” (SANTOS, 2012a, p. 321) e de “Práticas Espaciais” (LEFEBVRE, 1981, p. 14) e (SOUZA, 2013, p. 235).

Esse sistema conceitual revela o interesse de compreender aquilo que está por trás do espaço meramente material; aqui, “o espaço não é um palco das atividades humanas”

(CARLOS, 2007, p. 31), mas se caracteriza por uma diversidade de elementos que possibilitam compreender o que se esconde por trás das marcas espaciais.

Para os termos do trabalho, “a estrutura espacial representa um componente dialeticamente definido pelas relações sociais e espaciais de produção” (CRUZ, 2003, p. 77), são essas relações que imprimiram no espaço desigualdades e fissuras sociais típicas de uma área de exploração, de expansão e de valorização capitalista, tal como parte da Amazônia Paraense.

O Baixão do Tufi não é diferente, é preciso ser entendido a partir da dinâmica que (re)produz relações sociais, desde o momento de ocupação do espaço até o momento de realocação das pessoas em função dos impactos da UHE Belo Monte e do plano de reestruturação urbana. O Baixão se caracterizou por ser um espaço de conflitos na cidade, é intrincado por uma áurea de violência, de tráfico de drogas, de prostituição, de rotas policiais e de instabilidade socioespacial. Observações/visitas, conversas e formulários possibilitaram algumas considerações sobre as dinâmicas existentes naquela área.

A começar pelo nome: o termo Baixão, pois a área era composta por extensões de relevo rebaixadas, que no inverno amazônico (período chuvoso), normalmente entre os meses de janeiro a maio, tinha suas áreas inundadas pelo aumento no nível da água no Igarapé Altamira, afluente do rio Xingu; e Tufi, pois o “primeiro” a ocupar efetivamente o espaço tinha o nome de Haja Tufi, proprietário de terra que ficou conhecido por ter uma boate “Cabaré” com seu nome, resultando na identificação do espaço como Baixão do Tufi.

Nas Figuras 2 e 3 a seguir, notam-se a precária estrutura do espaço antes de passar pelo processo de deslocamento e de requalificação urbana, ruas alagadas por causa do aumento no curso dos rios no período chuvoso, parte dos domicílios em condições subnormais, em palafitas, sem escoamento sanitário, água potável e com a proliferação de insetos e animais peçonhentos. Esses retratos dizem respeito também a convivência das pessoas, a circulação diária e o relacionamento que a comunidade mantinha com aquele lugar.



Fonte: Arquivos de Figura do GEDTAM (2014).

Figura 1. Esquina da Rua 4 com a Rua dos Operários



Fonte: Arquivos de Figura do GEDTAM (2014).

Figura 2. Palafitas entre a Rua 3 e a Rua 4.

A história do Baixão, e do início da ocupação generalizada, vinculou-se ao fim do Cabaré do Tufi no início da década de 1990. Segundo relato de um dos primeiros moradores da área (residente na Rua 4 desde 1990), antes do início da ocupação existiam menos de cinco moradias contando com o Cabaré, e com os acontecimentos citados abaixo a ocupação generalizada sobreveio.

Segundo relatos da Entrevista 1:

Foi nessa época, 1990 a 1992, foi por aí assim, que começou o negócio da invasão, que aí a prefeitura veio, depois que já tava tudo feito muitas casinhas, barraquinhas né, o pessoal sempre que começa as invasão, começa as barraquinha, e aí a prefeitura foi, por intermédio da prefeitura, aí concordou com o pessoal aí, e fizeram as ruas, e hoje tá assim. [O senhor disse que tinha havido um caso para o estopim das invasões?] – Isso, como eu falei, existia um cabaré do Tufi, que aconteceu um caso aí de um criança, de uma morte de uma criança, que acharam dentro de um poço, foi quando o exército desceu e ILUMINOU, acabou com o cabaré do Tufi, daí foi quando surgiu o negócio das invasão, foi por intermédio, foi por meio do exército, desceu aí e acabou com esse problema, porque acontecia muito caso a noite, de dia mais, era fechado, mas toda noite tinha um negócio de problema aí, era tipo um barzinho, era tipo um bar, não sei, eu não andava lá, mas eu acho que era tipo um bar, e aí toda noite acontecia morte, tiro, faca, era muito problema. Daí quando surgiu esse caso da morte da criança foi quando aconteceu do exército descer e acabar com esse problema aí (ENREVISTA 1, 2014).

Pragana, Silva e Herrera (2015) relataram que a terra passou, por meio da venda, do “primeiro” ocupante expressivo para a prefeitura, que loteou e sorteou o restante da terra não invadida ou ocupada, por entre os moradores que precisavam de áreas para morar e prosperar suas

vidas. No início, a terra era composta por mata e “juquirá”, que é vegetação de médio e pequeno porte, onde as pessoas caçavam e se envolviam com uma dinâmica e tempo de vida lentos.

Para Lefebvre, “la pratique spatiale consiste en une projection ‘surleterrain’ de tous les aspects, éléments et moments de la pratique sociale” (LEFEBVRE, 1981, p. 14). Ou seja, a ideia do autor é apontar que a prática espacial de uma sociedade se descobre no momento em que se compreende o espaço, as projeções no terreno, os elementos e os momentos que caracterizam a relação da sociedade com o espaço, dialeticamente. As Figuras 2 e 3 revelam muito sobre o território, a ocupação das pessoas, a circulação delas no interior do espaço e as práticas de lazer que eram comprometidas pela estrutura urbana precária.

Influenciado por Lefebvre (1981), Souza (2013, p. 239-240) relata:

Estabeleça-se claramente: a prática espacial é uma prática social. definitivamente, a especificidade da prática espacial não se traduz à maneira de como se poderia expressar a diferença entre dois fenômenos absolutamente distintos – o que poderia induzir à interferência equivocada de que existem práticas espaciais que não são sociais. E talvez tampouco seja muito adequado dizer que as práticas espaciais representam um ‘subconjunto’ do conjunto maior de práticas sociais totalmente independentes do espaço.

A dificuldade de locomoção no terreno, principalmente nos tempos de cheia do rio, com os alagamentos ou por causa das palafitas e ruas de madeira por cima dos corpos hídricos, é característica das práticas espaciais e da desterritorialização do espaço. As projeções no terreno desde a ocupação do Baixão mostram as precariedades socioespaciais daquele lugar, problemas como assassinato, brigas com arma branca e disparos de arma de fogo, roubos e prostituição fazem parte do histórico de desterritorialização daquele lugar.

Santos (2012a) ao trabalhar a dimensão espacial do cotidiano, considera a ideia de cooperação e conflito existentes no seio da relação entre as diversas pessoas que coexistem no espaço. Mesmo com a presente ideia de conflito, importante frisar, a partir da Entrevista 2 do morador (residente na Rua 5 desde 1994) “gosto de morar no Baixão por causa dos vizinhos, perto dos mercados, do centro, hospital, dessas coisas, temos necessidade de estar perto dessas coisas, já tô um pouco velho, e sou muito conhecido aqui” (ENTREVISTA 2, 2014). Esse trecho ocorre ao se perguntar qual era o sentimento em residir naquele espaço.

As ideias de território e lugar podem ser constantemente percebidas no discurso da população, apesar de inicialmente parecer ter a análise centrada nos conflitos territoriais, o desenvolvimento da pesquisa trouxe também a cooperação, o valor de uso e a reafirmação da identidade com o lugar como elementos chave para discussão geográfica.

Os vínculos orgânicos e afetivos com o lugar e as marcas da dimensão espacial do cotidiano são mostradas no fragmento da entrevista anterior, os quais pontuam a localização estratégica do Baixão nas proximidades do centro da cidade, e dos serviços públicos e privados, com acesso facilitado da população aos serviços básicos, como fatores condicionantes para manutenção do vínculo com o lugar. E revela, de maneira especial, a possibilidade do ir e vir, da movimentação na cidade, dos fluxos diários, que eram favorecidos pela proximidade geográfica do Baixão em relação aos serviços possibilitados pela dinâmica da cidade.

Para descobrir mais a respeito das marcas de cooperação e do valor de uso do espaço, a seguinte pergunta foi feita aos moradores: o que você gosta no Baixão do Tufi? Na Entrevista 3 (residente na Rua dos Operários, desde 2006), observa-se o relato:

O que eu mais gosto daqui é a distância do centro né, a distância do comércio né que a gente já tá em cima né, aí isso é bom, aqui faltou qualquer coisinha pra oficina um material uma coisa, eu passo a perna na bicicleta em dez minuto a gente já foi lá e veio, hoje mesmo eu já fui ali já comprei um material aqui pra ajeitar a bicicleta é assim a gente compra o que precisa, é um açougue, é um supermercado, tá tudo em cima (ENTREVISTA 3, 2014).

Isso ratifica que a formação espacial do Baixão estava atrelada a circulação diária da população na cidade, por causa da proximidade do centro urbano; nos RUCs, contrariamente, o debate da desterritorialização é potencializado pela dificuldade da movimentação diária da população até o centro urbano e os serviços básicos. Ainda na Entrevista 3 – ao perguntar qual seria a memória que conservaria do Baixão –, o mesmo responde:

O que a gente já viveu aqui né os moradores mais velho lembram, a gente fazia festa, a gente sair daqui levo essas lembranças eu gosto muito daqui. Vou sair daqui enfim a gente não pode mandar nas leis porque não mando nas leis as leis manda na gente fazer o que (ENTREVISTA 3, 2014).

Esse trecho de entrevista mostra a necessidade de olhar para o Baixão não apenas como um território de conflitos, mas como um lugar de práticas espaciais orgânicas, no qual os momentos de entretenimento, festas, reuniões etc. caracterizavam as redes sociais estabelecidas naquele lugar/território.

Nos relatos da Entrevista 4, exemplifica-se “que aconteceu aqui é que aqui antigamente era mais tranquilo, era silêncio... o pessoal fazia tinha uma comunidade ali do casarão, o pessoal fazia reunião, vinha médico, dentista, tinha escola a noite aqui, o pessoal reunia e fazia quadrilha no meio da rua... era animado” (ENTREVISTA 4, 2014). No relato, é possível observar a transformação do olhar em relação ao cotidiano e as práticas espaciais, reiterando o conflito territorial instalado e/ou intensifica com a construção da usina.

Os conflitos fazem parte da história da formação do Baixão. Até sua dissolução a violência foi um dos assuntos mais perenes (apareceu em todas as entrevistas), sendo percebida de maneira desigual pelos moradores, desmistificando a ideia de que todos os moradores entrevistados achavam o Baixão o lugar mais violento da cidade, mas que, todavia, concordavam que isso seria um problema a ser trabalhado pelas políticas públicas.

DA VIVÊNCIA NO LUGAR AOS NOVOS REASSENTAMENTOS URBANOS, RELATOS DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO.

O processo de reassentamento da população do Baixão do Tufi é explicado ora sob a ótica dos documentos oficiais (plano de requalificação urbana e plano de atendimento à população atingida) ora a partir da proximidade e vivência das pesquisas com a população local. Esses dois parâmetros trazem olhares normalmente contraditórios e revelam a desorganização do processo de saída da população da Área Diretamente Afetada (ADA) Urbana para os novos reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) criados para remover a população atingida.

A discussão comparativa dos documentos oficiais em relação às entrevistas e formulários aplicados será base para analisar as naturezas da desterritorialização, sobremaneira aquela existente no período de saída da população do lugar para os novos RUCs.

As etapas desenvolvidas pelo Plano Executivo de Reassentamento do (PBA, 2011) foram práxis para se entender a desterritorialização dita acima, as etapas são: 1.

Etapa Preliminar – Entrada na área; 2. Etapa de Levantamento de Dados e Diagnóstico; 3. Etapa de Pré-Transferência; 4. Etapa de Preparação para a Mudança; 5. Etapa de Recepção e Assentamento; 6. Etapa de consolidação do assentamento. Para compreender a desterritorialização *pari passu* a execução de cada uma dessas etapas, utilizou-se a fala dos moradores na pesquisa de 2016/2017 para entender como se desenvolveu o processo que foi dos primeiros contatos com as empresas até a realocação nos RUCs.

A etapa um (1) não foi descrita no PBA como constituinte de qualquer levantamento censitário, mas uma etapa de reconhecimento espacial e identificação dos agentes atingidos. Na etapa dois (2), feita em até 2 anos (2011-2013), segundo morador, o cadastramento foi caracterizado por conflitos e redefinições, sem que houvesse consenso sobre os valores e formas de indenização descritas nos documentos oficiais. Na fala transcrita, explicita-se “foi difícil, as primeiras visitas nós não estávamos mais lá, a pessoa que eu deixei já tinha feito o cadastro, mas daí eu bati o pé e consegui” (Formulário 90, 2017).

Optou-se por selecionar a narrativa acima, por saber que ela representa significativamente a história de muitos moradores impactados por Belo Monte, tanto com a dificuldade no cadastro, quanto com o tempo de demora para a resolução dos problemas levantados. As etapas três (3) e quatro (4), de pré-transferência e de preparação para mudança, foram difíceis, como destacam os formulários. Segundo moradores, “demorou muito teve que correr muito *atrás* porque a casa tava caindo e eles não vinham tirar” (Formulário 49, 2017), assim como existiu “muitas reuniões e foi demorado e agora a Norte Energia não dá mais assistência” (Formulário 44, 2017).

O tempo de demora para mudança, e a indefinição sobre os destinos de cada família impactada, foram processos espaciais comuns na etapa de Preparação para a Mudança, etapa quatro (4). Percebeu-se nas conversas, no período de aplicação de formulários, que muitas famílias só souberam seus destinos nos meses que antecederam a etapa de mudança e recepção da população atingida no final de 2014.

A etapa cinco (5), de Recepção e Assentamento, também foi caracterizada por problemas como diz a transcrição do Formulário 106 (2017): “nos jogaram dentro do carro e vieram todos para o reassentamento, não respeitaram a nossa vontade, mal esperaram a gente sair de dentro de casa e já derrubaram”. No entanto, essa não foi a etapa mais difícil, pelo contrário, pouco se escutou sobre problemas na fase de mudança e recepção da população atingida.

Por último, e também a etapa cuja as reclamações foram mais frequentes, a etapa seis (6), etapa de consolidação do assentamento, como relatado na transcrição do Formulário 98 (2017), “falaram no começo que ia ser bom mas não vi melhoras de vida, disseram que iam nos mudar para um lugar melhor mas pra mim só piorou que trabalhava com frete no rio”. As diversas naturezas da desterritorialização percebidas nas narrativas anteriores podem ser descritas pelo difícil período esperado para realocação, caracterizado por indecisões e processos jurídicos, e após o assentamento, o precário acompanhamento da população pelos órgãos competentes que ajudaram a produzir o sentimento de descaso com a população impactada.

A desterritorialização (desaparecimento do território zona no primeiro semestre de 2015) trouxe o desfecho de um processo de mais de duas décadas de ocupação do espaço, onde foi construído psicologicamente pelos moradores a ideia de “bairro” do Baixão do Tufi, inclusive, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reconhece a área a partir de três setores censitários, reconhecidos como espaços de domicílios em condições sub-normais, com moradias precárias sem fossa séptica, escoamento sanitário e esgoto doméstico.

Todavia, o Baixão do Tufi não é um bairro institucionalizado; foi, sim, uma construção identitária edificada pela pobreza, pela marginalização socioespacial e pelos vínculos

orgânicos da relação sociedade-espço. Apesar de não existir um debate alongado sobre o conceito de identidade, ratifica-se ser substancial citá-lo como temática transversal, no sentido de compreender o desenvolvimento histórico das normas sociais, e da identificação daquela população como parte de uma história dotada de intencionalidades e costumes que se inscreveram naquele recorte espacial.

Para Chelloti (2010, p. 171), a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e está a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica no discurso geográfico, no Baixão do Tufi, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades. Essa construção socioespacial perpetrou a propósito da territorialidade característica do Baixão. Para Haesbaert (2012), a territorialidade transpassa a dimensão estritamente política, e compreende dimensões econômicas e culturais do espaço, pois essas dimensões estão intimamente ligadas aos modos das pessoas utilizarem a terra e se (re)produzirem no espaço.

No caso do Baixão, a reprodução do espaço condicionou (e foi condicionada) pela marginalização socioespacial, por movimentações cotidianas conflituosas, pelo medo do outro, ora pelo vínculo simbólico de pertencimento com o lugar, ora pela violência plural instituída na dinâmica territorial local. Na pesquisa de campo, por exemplo, a partir das conversas estabelecidas, gerou a impressão de que as novas territorialidades (usos do espaço) instituídas nos RUCs tentaram reproduzir precariamente as práticas espaciais existentes no Baixão, no entanto, os diferentes modos de vida caracterizados por outra condição/localização espacial e por outra rede de moradores estabelecida têm inviabilizado a reconstrução daquelas territorialidades e produzido outras.

A Entrevista 11 manifesta a manutenção do vínculo simbólico com a história de 20 anos morando no Baixão. Segundo a moradora, não era de sua aspiração sair da área, especialmente por localizar-se no centro da cidade; para ela, a retirada da população acontece como parte de uma estratégia de afastar o pobre do centro e intensificar a segregação socioespacial em Altamira. Como se o direito à cidade fosse substituído pelo direito à propriedade, à simples condição de morar, sem, necessariamente, existir condições sólidas para satisfação desses moradores.

Para a entrevistada, “o melhor seria se eles aterrassem a área e deixasse os pobres aqui” (ENTREVISTA 11, 2014). O processo de realocação aconteceu como condicionante do plano de reestruturação urbana ligado à construção da usina. O acompanhamento da mudança da população para os RUCs entre 2014-2015 aconteceu intrincado por muitos conflitos de interesses por parte dos agentes envolvidos, mas, também, por uma parcela da população assistida positivamente no âmbito do processo indenizatório.

A percepção de campo, por causa das conversas desenvolvidas, consolidou como plural o processo indenizatório na escala do reassentamento; seria reducionista ou dotado de pré-julgamentos afirmar que o processo de mudança da população para os RUCs foi em um todo desigual. Na verdade, em cinquenta e cinco (55) dos formulários aplicados (de 140 totais), os moradores não relataram qualquer problema no processo de mudança física (realocação) ou nas formas de tratamento envolvendo as empresas responsáveis pelas obras. A realocação e a desterritorialização podem ser evidenciadas nas Figuras 4 e 5 a seguir:



Fonte: Arquivos de Figura do GEDTAM (2014).

Figura 4. Rua do Meio com vários domicílios inabitados em função da realocação.



Fonte: Arquivos de Figura do GEDTAM, 2014.

Figura 5. Rua 3 com espaços domiciliares vazios em função da realocação e da demolição.

A desterritorialização na mobilidade (fim do território zona e saída da população – como evidenciado nas Figuras) já podia ser percebida na pesquisa de campo entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, período onde aconteceu a realocação das famílias do Baixão. As primeiras entrevistas, ainda em 2014, mostraram que o sentimento de desterritorialização é multitemporal; embora a narrativa esteja circunscrita no tempo, a população daquela área carregou várias temporalidades da

desterritorialização, ou seja, uma história marcada por desigualdades, conflitos, mas também, por laços de solidariedade e apego com o lugar.

As figuras anteriores também representam um cenário de desolação, sentimento registrado na pesquisa de 2016/2017, em relação ao período de saída do Baixão e realocação nos RUCs, esse sentimento também colaborou como variável para difícil readaptação dos moradores nos novos espaços. Cabe tratar da reterritorialização como processo natural, porém, conflituoso, aliás, a readaptação nos novos espaços aconteceu com transtornos de toda natureza, que serão exemplificados principalmente no capítulo 4 da obra completa na dissertação.

Neste ínterim, especificamente a propósito do momento da saída da população, existe uma diversidade de pontos que serão evidenciados no quadro a seguir (Quadro 1), com a quantidade de formulários (primeira coluna) que serviram de base para abreviação das respostas “fala dos entrevistados” na (segunda coluna):

Quadro 1. Síntese das narrativas.

Nº de Formulários	Síntese das narrativas transcritas no momento de aplicação do formulário
70	Foi um processo lento com vários cadastros, com muita burocracia e normalmente durava mais de dois anos, aglomerando indecisões e dúvidas por causa das várias pessoas que executaram os cadastros, com dúvidas e impossibilidade de escolha do RUC por uma parte da população, principalmente daqueles moradores que foram realocados por último.
55	Fizeram o cadastro de forma fácil, foram tranquilos, rápidos e acompanharam a população até os RUCs com a mudança das famílias, normalmente os primeiros realocados escolheram suas casas, assim como as famílias que tinham algum problema com doença, deficientes físicos, etc.
15	Sem resposta.

Fonte: Organização do autor, pesquisa de campo, 2016/2017.

O esforço para a súmula objetiva aproximar o leitor das duas principais faces do processo de cadastro e de realocação até o estabelecimento das famílias nos novos espaços. Como evidenciado, nas abreviações acima, existem muitas particularidades no desenvolvimento das etapas de realocação e tratamento das famílias atingidas.

Na fala do entrevistado no Formulário nº 26, consta-se:

Não foi bom meu processo, cadastro pra herdeiro, meu pai morreu em 2013 e tive que provar que vivia com ele, e eu não tinha como provar porque não tinha conta de banco, carnê de compra de móveis no endereço dele, o que me salvou foi a bolsa família da minha filha mais nova, que eu botava no endereço dele (FORMULÁRIO 26, 2016).

Essa transcrição introduz variáveis normalmente relatadas pelos moradores, a possibilidade de provar, no caso dos herdeiros ou domiciliados agregados que eram vinculados àquelas residências, mostrando que faziam parte da população que podia ser assistida como “Famílias agregadas e famílias conviventes”, para ter direito ao reassentamento urbano era um imperativo para àquela população que convivia com a esperança de uma vida melhor nos RUCs.

Na pesquisa percebeu-se também que as pessoas com necessidades especiais, gestantes ou moradores idosos tinham prioridade na escolha dos reassentamentos, tal como evidenciado na fala transcrita na aplicação do Formulário nº 28:

Comigo foi rápido porque eu tava gestante, aí eu acho que isso facilitou, o bairro nós escolhemos, mas a rua não, falaram que só tinha no Jatobá e nos Laranjeiras, mas acabou ficando aqui e no Casa Nova, eu tinha um espelho grande e caro, foi quebrado na mudança, eles falaram que tinham a obrigação de me devolver, mas até hoje não mandaram nada (FORMULÁRIO 28, 2016).

Apesar de ser evidenciado agilidade no processo da moradora, ficou anotado a indignação com a quebra de seu espelho no evento de mudança executado pela terceirizada “Granero S.A.”, contratada pela Norte Energia para fazer o transporte dos móveis das áreas impactadas para os RUCs.

O precário processo de reterritorialização acontecido tanto pelos transtornos causados no período de saída quanto pela expectativa gerada para o estabelecimento nos novos lugares, foi potencializado por não existir infraestrutura completa mínima para alocação da população impactada (resultados discutidos principalmente no capítulo 4 da dissertação). A saída do Baixão, percebido como localidade central, por causa das adjacências do centro comercial da cidade, para os RUCs, foi intrincado por essas reclamações da ineficiente infraestrutura dos reassentamentos e da dificuldade de adaptação e convivência com o novo e estranho lugar.

Como mencionado:

Disseram que iam entregar o RUC todo pronto, com escola, praça, postinho, mas nada disso aconteceu, fizeram uma praça na Rua 10 mas só vive fechada, disseram que não ia faltar água e aqui a gente só vive sem água, tem até uma academia na rua 5 mas quem mora lá em baixo não vai utilizar, além de que só vive cheio de mala (FORMULÁRIO 32, 2016)

O exemplo da praça na Rua 10, mencionado anteriormente, pode ser evidenciado nas figuras a seguir (Figuras 6 e 7), como meio para dificultar a utilização do lazer como condição básica para a materialização da cidadania. Este exemplo ratifica mais uma natureza da desterritorialização, no processo de saída do antigo lugar e readaptação nos RUCs, por causa do problema daquela população em ter acesso as formas, objetos físicos/materiais, nos quais as funções eram caracterizadas por práticas culturais e de entretenimento.



Fonte: Arquivos de Figura do GEDTAM, 2014.

Figura 6. Praça fechada na Rua 10 do RUC São Joaquim.



Fonte: Arquivos de Figura do GEDTAM, 2014.

Figura 7. Praça fechada na Rua 10 do RUC São Joaquim.

As figuras mostram as práticas espaciais típicas dos RUCs; no São Joaquim a praça permanecia fechada sem justificativa desde sua inauguração, no Casa Nova, esse tipo de espaço, construído com praças públicas, era inexistente. Isto intensificou a crítica sobre os RUCs como espaços de ordenamento territorial no *land use planning* que não objetivam mitigar as desigualdades e/ou demandas geradas pela população.

Entender o estágio de esfacelamento das relações sociais e o processo de realocação que acabou com o território zona e dividiu a população, nesses espaços, requer compreender que o contato com o mundo do outro e a dificuldade de estabelecer vínculos com a vizinhança têm intensificado o estabelecimento de frágeis redes territoriais. A dificuldade de (re)encontrar pessoas e trocar experiências em espaços públicos como praças, parques etc., nos RUCs, tem colaborado para a desterritorialização consolidada na mudança do Baixão para os novos reassentamentos.

Portanto, a dicotomia apresentada em relação às condicionantes para construção da UHE Belo Monte, e o que foi proporcionado como experiência territorial para população são evidenciados no Formulário 40, no qual se cita:

Quem participou das reuniões sabe que tem muita coisa errada, as condicionantes, até os vizinhos que disseram que ia ser os mesmos, não foram, quem ficou por último ainda foi ameaçado de não ganhar casa, que no início falaram que era de tijolos mas fizeram assim pra ganhar tempo (FORMULÁRIO 40, 2016).

A possibilidade de aterrar a área e manter os moradores no local de suas residências foi uma opção relegada pelos ditames do capital e pela pretensa ordem dos agentes hegemônicos que pensam e trabalham na construção da usina. As narrativas revelam a multiplicidade dos processos que caracterizaram o ressarcimento da população atingida pelos impactos de Belo Monte. Segundo uma moradora “eles querem tirar o pobre do centro da cidade, pois o lugar do pobre, é longe de tudo” (ENTREVISTA 11, 2014) como estratégia de controle territorial e meio para segregar a população na cidade.

Foi nítida a desigualdade nas relações de poder e na cristalização dos processos espaciais, tais como a própria realocação, como pode ser observado no trecho a seguir:

Chamaram nós, mas não tinha mais casa no São Joaquim, era aqui ou aqui (no Casa Nova né), se por um acaso de nossa família ficar por último ia ficar pro Laranjeiras, pra quem é leigo é ludibriado, pra nós se não aceitássemos ia perder a casa, sem ter opção (FORMULÁRIO 78, 2016)

Assim, mostrou-se parte do processo de reassentamento, de saída da população do lugar, do Baixão do Tufi, até o restabelecimento nos RUCs, nos novos espaços de convivência e de reestruturação das relações socioespaciais (reterritorialização). Um processo ora demorado, ora rápido, ora facilitado, ora conflituoso, um processo dicotômico, que consolidou a ineficiência de se pensar os RUCs como espaços de concretização da cidadania e reforçou as estratégias de segregação e (des)integração da população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica e geográfica da desterritorialização (1990-2015) e a saída da população do lugar e restabelecimento nos RUCs possibilitaram a experiência da reterritorialização e o estabelecimento de novos nexos territoriais, novas territorialidades – os quais possibilitaram análise multitemporal e multiescalar do Baixão do Tufi.

O primeiro ponto destacado nos faz considerar que o histórico da desterritorialização para além de Belo Monte tem no processo de formação espacial desigual o propulsor das heterogeneidades estabelecidas, como marca de uma identidade própria daquele lugar.

A produção capitalista do espaço e o processo de “precarização” socioespacial foram possibilidades percebidas para discussão presente e amadurecimento futuro.

Esses elementos não pretendem dizer que as únicas práticas espaciais estiveram ligadas as desigualdades e aos conflitos territoriais, mas, também, revelam a dicotomia com parcela da população que preservava laços simbólicos e de apego com o lugar, estabelecidos assim uma identidade territorial. Incorrer quaisquer riscos de generalização em relação a vida no Baixão ou mesmo quanto ao processo de realocação da população seria minimizar as experiências vividas nos anos em que a pesquisa foi desenvolvida.

O segundo ponto – saída da população do lugar e reterritorialização nos novos reassentamentos urbanos, materializado pela realocação no RUC São Joaquim e no RUC Casa Nova, revelou a heterogeneidade dos espaços, estabelecendo-os como nova condição dos problemas de segurança pública, distância das escolas de educação básica e dificuldade na mobilidade urbana, com a ineficiência nos serviços urbanos e os problemas de segurança e dificuldade na distribuição e consumo de água, que são elementos que corroboraram com a construção da ideia de desterritorialização presente no trabalho.

A realocação então aconteceu com planos de acesso à moradia e não planos de acesso à cidade. Os moradores majoritariamente se autoidentificaram como agentes desligados de uma realidade urbana integrada e se sentem excluídos (ou como preferido, incluídos precariamente) no direito à cidade. Por fim, era e é preciso preservar a dignidade da pessoa humana antes, durante e após o processo de deslocamento compulsório promovido pelos rebatimentos da construção de Belo Monte.

NOTA

3 Desterritorialização do Baixão do Tufi: Da formação espacial aos novos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) em Altamira/PA – Autor: Rodolfo Pragana Moreira.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.
- CHELLOTI, M. V. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010
- CRUZ, M.C. O conceito de formação espacial: sua gênese de contribuição para a geografia. **GEOgraphia**, ano 5, n. 9, 2003.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396 p.
- HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Campinas, n. 17, p. 19-46, 2004.
- LEFEBVRE, H. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1981.
- PRAGANA, R. P.; SILVA, C. A.; HERRERA, J. A. Microterritorialidade e lugar dos de baixo, o caso do Baixão do Tufi em Altamira – Pará. **Revista do Instituto Histórico e**

- Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 02, n. 01, p. 169-187, jan./jun. 2015.
- PBA. Plano Básico Ambiental. **Plano de atendimento a população atingida**. 2011.
- PBA. Plano Básico Ambiental. **Plano de requalificação urbana**. 2011.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012a.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo, Edusp, 2012b.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo, Edusp, 2014.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2 ed. São Paulo, Edusp, 2008.
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.